

ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÕES NAS COMUNIDADES RURAIS

Alexandrina Luz Conceição (*)
Fernanda Virgínia Kolming de Souza(**)

Nossa pesquisa foi realizada no Estado de Sergipe/BR, nos municípios de Salgado e Lagarto, neste último, principalmente, no povoado da Colônia Treze, nome vinculado a localização da COOPERTREZE - Cooperativa Mista dos Agricultores da Colônia Treze. Procuramos analisar o processo de expansão capitalista no campo sergipano, a partir da proposta da “modernização” da agricultura. A trilha percorrida nos indicou uma teia de contradições em que se estruturou o sistema cooperativista. Em Sergipe este modelo sob o apoio do Estado, possibilitou o processo de acumulação capitalista, via a citricultura. O monopólio da produção da laranja tornou os pequenos produtores fornecedores de laranja, sem contudo permitir a competitividade de mercado. O pequeno produtor, não sendo capitalista, não tem interesse na obtenção da taxa média de lucro, desta forma ele oferece produtos a preços relativamente baixos. Esta condição favoreceu a consolidação capitalista no campo pela subordinação do trabalho camponês para o capital, que passa a ter como garantia um baixo custo da força de trabalho e de salários, permitindo uma maior taxa de lucro.

A expansão da empresa capitalista no campo, significou o aumento da produção das culturas de exportação, em detrimento da produção de alimentos básicos, desta forma a monopolização do território pelo capital transforma o campo sergipano em áreas de produção para o capital, e a agricultura de subsistência cede lugar à produção de exportação, para o favorecimento da monocultura. Ao penetrar no campo, o capitalismo subordina as relações de produção camponesas, apropriando - se da força de trabalho da unidade de produção familiar; através da diminuição do trabalho familiar, ou pelo assalariamento dos trabalhadores, em benefício da grande empresa capitalista.

Sem condições de competir com o grande capital, sem recursos e investimentos para colocarem suas terras em produção, os pequenos e os médios produtores acabam sendo obrigados a se submeterem a dinâmica da produção capitalista, ou se tornando fornecedor da produção dominante, ou cedendo a sua terra. Através destes mecanismos de sujeição, a modernização da agricultura, a partir da década de setenta, favoreceu o aumento da concentração fundiária, com a incorporação das terras dos estabelecimento de menos de 100 hectares. Assim a grande propriedade continuou a ser a grande concentradora de riqueza, em detrimento da pequena produção, na manutenção do monopólio da terra para a exportação.¹ A federalização e a militarização da terra teve como objetivo estabelecer uma intervenção na política fundiária. Para a subsunção do trabalho ao capital emergia a garantia de extensão de terra e mão de obra disponível. No nosso caso específico, a laranja foi o produto de monopólio no campo sergipano, expandindo-se por todo o Centro-Sul, este domínio foi possibilitado pela política de financiamento do Banco Mundial através da intervenção do Estado, via sistema Cooperativista. A monopolização da terra pela “monocultura” da laranja colocou o campo sergipano sob a ótica do capital industrial e financeiro internacional.

Com discurso da modernização, a prática do Cooperativismo foi consolidada pelo Governo Militar, que fortaleceu as Cooperativas através de recursos financeiros a fundo perdido e a juros altamente subsidiados, contudo o surgimento das Cooperativas não alterou o controle das relações de produção no Brasil. O capitalismo sustentado por uma estrutura fundiária de poder, direcionou o Cooperativismo dependente, aos interesses dos grandes proprietários, no que se refere principalmente ao Cooperativismo na economia agrária, subordinando as pequenas propriedades à lógica do capital.

A Associação como alternativa

Se na década de setenta houve um processo de expansão do sistema Cooperativista, a partir de 1981, o Banco Mundial questiona a forma de intervenção do Estado no Nordeste Rural e sugere estudar a viabilidade da implantação de um programa de desenvolvimento rural. Anunciando a intervenção global do Estado no meio rural nordestino, para elaborar uma política estratégica de desenvolvimento, com a criação de empregos e o aumento de produção e produtividade da pequena produção.²

(*) Profa. DGE/UFS/BR¹

(**) Geógrafa

¹ FERNANDES, Bernardo Mançano. (1996) Formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec.

² CHALOULT, Yves. (1984/1985) “Uma política de legitimação do Estado e rearticulação da pequena produção rural: O Projeto Nordeste”. in Revista Raízes. Campina Grande/Pb: UFPb, v. 3, n. 4 - 5. jan-1984/dez -1985: 61 - 69.

Para este autor, apenas algumas intervenções de Estado beneficiaram os pequenos proprietários, sendo os grandes proprietários os verdadeiros favorecidos. Só obteve algum impacto o programa POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste) e o PROHIDRO

Conforme Regina R. NOVAES,³ o Projeto Nordeste surgiu como proposta de acabar com a fome no Nordeste promovendo o desenvolvimento regional. O projeto incluiu tanto a ação sobre a estrutura fundiária com o objetivo da desconcentração da terra, quanto o incentivo à organização e participação dos trabalhadores. Elaborado na Velha Republica, e lançado pela Nova, em 02 de abril de 1985, o Projeto Nordeste, indicava como objetivo, beneficiar dois milhões de famílias de pequenos produtores, em 5 anos. O PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor) era o único programa do projeto em funcionamento, com a finalidade de “melhorar” a renda e as “condições de vida” dos pequenos produtores, pela participação e atendimentos coletivos de seus potenciais e beneficiários, através das organizações sindicais ou comunitárias. Sendo que, para o PAPP, os beneficiários não seriam apenas aqueles que tivessem propriedade da terra ou seu acesso, através de contrato de parceria e arrendamento, mas também os assalariados. O programa pretendia apoiar as ações de desapropriação fundiária feitas pelo Governo Federal, como também redistribuir terras no Estado via compra e reversão do patrimônio estadual, além de oferecer assistência jurídica.

Em Sergipe o Projeto Nordeste desde o final dos anos oitenta, segundo suas informações, tem revertido à sua política, através do estímulo de financiamentos não reembolsáveis, investimentos e empreendimentos para as comunidades rurais. Apostando nas Associações como forma de fortalecimento do processo de organização e participação das comunidades e o aperfeiçoamento do processo de tomada de decisão no nível municipal, as Associações constituem o eixo de implementação do Projeto, que é formado por dois conjuntos de componentes, o primeiro está dividido em:

- . O Programa de Apoio Comunitário (PAC) - programa de financiamento de subprojetos comunitários (produtivos, de infra-estrutura e de serviços sociais).
- . O Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC). O FUMAC difere do PAC porque a aprovação das propostas de financiamento é de responsabilidade dos Conselhos Municipais, enquanto no PAC a responsabilidade da aprovação é da UT- PRONESE.
- . O Fundo Municipal de Apoio Comunitário - Piloto (FUMAC -P) tem como objetivo a descentralização.

Difere do FUMAC porque os recursos devem ser administrados diretamente pelos Conselhos Municipais.

O segundo tem os seguintes subcomponentes:

- . Administração, monitoramento e avaliação do projeto.
- . Desenvolvimento Institucional - financiar atividades de treinamento e assistência técnica.
- . As Associações Comunitárias constituem a base e operação do Projeto Nordeste, são suas responsabilidades:
 - . a) representar os beneficiários junto ao Estado e aos Conselhos Municipais (FUMAC e FUMAC- P) e firmar convênios que sejam requeridos;
 - . b) elaborar (se necessário com auxílio externo) propostas de subprojetos;
 - . c) identificar os investimentos (em consenso com a comunidade);
 - . d) executar os empreendimentos;
 - . e) operar e manter os empreendimentos, responsabilizando-se pelas coletas das taxas de uso;
 - . f) gerir com diligência;
 - . g) prestar contas de todos os recursos recebidos e aplicados.

A ASSOCIAÇÃO constitui uma fórmula jurídica adotada para iniciativas chamadas de: movimentos, entidades, grupos comunitários, cantinas, núcleos, mutirões, etc, que tenham decidido se legalizar e não adotarem a forma Cooperativada. Tem como objetivos: promover a implementação e a defesa dos interesses dos associados e o incentivo a melhoria técnica profissional e cultural dos seus integrantes.

Diferentemente da COOPERATIVA a ASSOCIAÇÃO pode ser formada a partir da reunião de duas pessoas, já a COOPERATIVA precisa de no mínimo 20 pessoas. Enquanto a COOPERATIVA possui capital social constituído por aportes dos associados (quotas parte) a ASSOCIAÇÃO não possui capital social. Seu patrimônio é formado por doações, fundos e reservas, podendo realizar operações financeiras e bancárias usuais, mas não tem como finalidade e nem realiza operações de empréstimos ou aquisições com o Governo Federal. Não há rateio de sobras das operações financeiras entre os sócios, qualquer superávit financeiro deve ser aplicado em suas finalidades. Os bens remanescentes na dissolução ou liquidação deverão ser destinados, por decisão de Assembléia à entidades afins. Na COOPERATIVA há o rateio das sobras obtidas no exercício financeiro. Uma parte deve ser obrigatoriamente destinada ao

(Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste). A intervenção do Estado através dos programas especiais, como o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Alcool) e FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste) contribuíram para aumentar as diferenças sócio econômicas entre os grupos sociais da região, aumentando as desigualdades e conseqüentemente as tensões e as contradições globais.

³ NOVAES, Regina Reys. (1994) Nordeste, Estado e Sindicalismo. Rio de Janeiro:CEDI.

fundo de reserva educacional e demais sobras à outros fundos de capitalização ou diretamente aos associados, de acordo com a quantidade de operações que cada um deles teve com a COOPERATIVA.

Embora não tendo objetivo de lucro, a ASSOCIAÇÃO pode efetuar transações comerciais, desde que as mesmas não representem a sua principal finalidade e desde que se houver sobras não seja distribuído para os associados, mas integralmente aplicado em suas finalidades. Caso haja comercialização, esta deve ser prevista nos estatutos, sendo obrigatório a inscrição da ASSOCIAÇÃO na Fazenda Estadual para o recolhimento do ICMS. As ASSOCIAÇÕES podem ser liberadas da contribuição patronal do INSS caso sejam declaradas de Utilidade Pública e inscritas no Conselho Nacional de Serviço Social. Conforme art.2 dos Estatutos da ASSOCIAÇÃO⁴, são seus objetivos :

1. Promover a implementação e a defesa dos interesses dos seus associados.
2. Incentivar a melhoria técnica, profissional e cultural dos seus integrantes.

São seus objetivos gerais:

- a) estimular e apoiar ações de caráter produtivo e melhoria da qualidade de vida dos seus associados;
 - b) promover e participar de eventos de caráter social, bem como participar na implantação de projetos de infra-estrutura nos povoados;
 - c) garantir os direitos dos associados junto ao poder público, principalmente no atendimento das necessidades de educação não formal;
 - d) contribuir para a organização de movimentos voltados para área cultural e recreativa.
- Para alcançar tais objetivos a ASSOCIAÇÃO poderá fazer convênios e filiar-se a outras entidades públicas ou privadas, sem perder a sua individualidade e poder de decisão.

Quanto a COOPERATIVA por ser uma sociedade civil/comercial tem como objetivos:

1. Viabilizar e desenvolver a atividade produtiva dos seus associados.
2. Transformar bens, atuando em nível de mercado.
3. Armazenar e comercializar.
4. Dar assistência técnica e educacional aos associados.

As várias formas de Associativismo de produção, se diferenciam pelo tipo de relações sociais de produção que se estabelecem, entre proprietários dos meios de produção e os trabalhadores diretos, como também pela função que cumprem; pelo tempo de permanência e pelas formas políticas e ideológicas. Os autores que estudam as diversas formas de Associativismo de produção não demonstram preocupação com o contexto sociopolítico em que estas se desenvolvem, não dão importância ao seu projeto ideológico. Bosco PINTO⁵ considera três tipos básicos do conceito de empresa associativa ou comunitária.

1. um aspecto econômico - o fato de ser empresa de produção;
 2. aspecto social - o caráter comunitário no sentido de um grupo coeso que comporte objetivos e metas específicas;
 3. aspecto político - o fato de que os sócios são camponeses marginalizados⁶.
- Para PINTO, as empresas associativistas: surgem da Reforma Agrária; dedicam-se às atividades agropecuárias; têm propriedade coletiva dos fatores produtivos e possuem controle coletivo do processo produtivo; baseiam-se no aporte pessoal de trabalho à empresa (às vezes familiar); ocasionalmente utilizam de trabalho assalariado; a repartição dos lucros é proporcional ao trabalho de cada sócio; têm vinculação com o Estado, que participa da gestão empresarial direta ou indiretamente⁷.

Fundamentado nas experiências em alguns países de Associativismo de produção: como, o Kolkhoz soviético, o Kibutz israelita, o "ejido mexicano", e ainda as experiências de Cuba e do Peru, J. S. GUERRA, vê a possibilidade da viabilidade das formas de Associativismo de produção, no Brasil, com as características apresentadas nos países capitalistas. Conforme o autor, há três fatores que concorrem para determinar esta viabilização: a existência de correlações de forças favoráveis à um projeto político e social; a ação do Estado; a luta e as estratégias de sobrevivência dos camponeses.

⁴Ler PROJETO NORDESTE - Projeto São José. PRONESE, Governo de Sergipe, Aracaju, 1995 e PROJETO NORDESTE. Cartilha Informativa. PRONESE, Aracaju, 1996
Ver também os estudos de Daniel RECH. (1994). Quadro Comparativo entre Associação - Cooperativa - Sindicato-Microempresa. Goiânia/Rio de Janeiro: abril, texto mimeografado

⁵ João Bosco Pinto. (1975) "Análisis científico de las empresas comunitarias campesinas." in Araújo, J. E. G. (org). La empresa comunitaria, una sistemática reformista en el proceso agrario latinoamericano. São José, IICA.

⁶ idem, ibid : 117. (ver livro citado de J. S. GUERRA).

⁷ Idem: 118.

Considera que a forma Associativa de produção, constituiria empreendimentos “baseados na posse ou propriedade coletiva dos meios de produção, na administração e gestão empresarial colegiada, e na distribuição dos resultados do processo produtivo entre os sócios, de maneira proporcional ao trabalho dispensado, em quantidade e/ou qualidade, por cada um.”⁸ O seu caráter depende, das condições históricas; da valorização da propriedade dos meios de produção e do trabalho dos sócios, e da sua inserção no contexto sócio-econômico.

GORGEN e STÉDILLE, a partir de várias publicações do MST, fazem uma síntese do que pensa o MST sobre a importância da organização da agricultura. Segundo estes, para o MST a cooperação agrícola é "o jeito de somar os esforços de cada agricultor individual, para fazer coisas em conjunto. Quanto mais coisas se fizer em conjunto, mais rapidamente se vai progredir e crescer."⁹ A cooperação agrícola é a única forma que o pequeno tem para aumentar sua produtividade do trabalho e da produção, competindo com os grandes. É preciso que os pequenos agricultores se juntem, somando as suas mercadorias, assim ele pode barganhar preços de mercado. Mas, para aumentar sua produção o agricultor precisa garantir mais máquinas, e insumos industriais (adubos, ferramentas, venenos, etc) e isto só será possível através da Cooperação. O trabalho individual não permite aumentar e desenvolver a produção agrícola, quanto mais força de trabalho tiver sido acumulada, mais condições haverá para se desenvolver rapidamente. A cooperação também permite aumentar a produtividade do trabalho; o volume da produção permite barganhar os preços.

O desenvolvimento da Cooperação agrícola depende de condições objetivas e subjetivas.

Condições objetivas - 1. a situação natural da área a ser coletivizada, situação do solo, do clima. 2. potencialidade de produção agropecuária. 3. o grau de acumulação de capital. Se o nível de "capital" disponível for muito baixo, evidentemente que isso vai influir no grau de organização do trabalho, de mecanização e das potencialidades de aumento de produção e produtividade. 4. situação de mercado - distâncias da cooperativa até o mercado, condições de preço dos insumos, preços finais de mercado.

Condições subjetivas - 1. grau de consciência social, 2. nível cultural, 3. grau de conhecimento técnico, 4. capacidade organizativa e suas perspectivas ideológicas.

Conforme o Movimento dos Sem Terra, a Cooperação agrícola é a única forma possível de se instalar a agroindústria. Para alguns dos seus líderes, a agroindústria significa a modernização da agricultura, ou seja, a alteração das formas de produção, das forças produtivas e conseqüentemente da superação das relações sociais de produção artesanal. O que garantiria a competição de mercado, evitando estarem sujeitos ao capital.

É objetivo do MST organizar Centrais Cooperativas de Produção a nível estadual e nacional, como também associações, a nível de assentamentos para centralizar a comercialização, viabilizar recursos de crédito rural favorecendo a assistência técnica e viabilizando futuros projetos agro-industriais. Contudo as associações e as cooperativas não devem se organizar só com objetivos econômicos, mas também políticos, para permitir o fortalecimento de suas lutas por uma sociedade onde eles tenham o controle absoluto dos meios de produção.

O MST pensa a Cooperação através das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs)¹⁰ como forma, não só de desenvolvimento social e econômico, como também, de enfrentar e diminuir os níveis de exploração que o sistema capitalista impõe aos pequenos produtores. A sua instalação e crescimento é condição fundamental para a resistência do capitalismo no campo.

Um estudo de caso

Em Sergipe, as primeiras Associações surgem, nos fins dos anos setenta, em pleno período militar, não como modelo rural, mas urbano. Seu objetivo era o de esvaziar as delegacias sindicais, naquela época existiam sindicatos em todos os municípios. Elas foram projetadas para não politizar, entretanto o seu modelo foi pautado a partir da ideologia comunitária de participação. Foi a Igreja o principal ator social responsável pelas suas instalações, através do MAC (Movimento de Ação Comunitária).

Esta atividade foi mais intensa nos anos de 1981 a 1984. O início dos anos oitenta foi marcado por uma série de reuniões na capital do Estado (Aracaju), com a participação de pessoas de esquerda:

⁸ GUERRA, Júlio Santamaria. (1991) Associativismo de produção na Agricultura, in Petrópolis/RJ: Vozes: 115 - 131.

⁹ GORGEN, Frei Sérgio Antonio e STÉDILLE, João Pedro. (1991) ASSENTAMENTOS: A Resposta Econômica da Reforma Agrária, Petrópolis/RJ: Ed. Vozes: 167 - 175.

¹⁰ Existe uma proposta de lei para as Cooperativas de Produção Agropecuária, encaminhada ao Congresso Nacional pelo Deputado Federal Antônio Marangon, PT-RS.

independentes ou participantes do grupo "progressista" do MDB, do PCB, PC do B, MR 8 (estes três últimos de forma clandestina), e a Igreja, através do MAC; que pretendiam consolidar a formação de Associações Urbanas, como proposta de iniciar a organização política dos trabalhadores. Tinham como estratégia a organização por bairros através da arregimentação das lideranças das comunidades locais.¹¹ O desenvolvimento das reuniões consolidaria a formação de Associações Livres que substituiriam as Associações consideradas "pelegas," e que funcionavam ligadas a candidatos da ARENA, Associações que se apresentavam gangrenadas nos interstícios da censura do regime militar. Com o avanço do movimento, estas reuniões foram direcionadas para a criação de uma Federação de Associações. A crescente acentuação do caráter político/eleitoral diante da proximidade das eleições de 1982, provocou o afastamento de algumas lideranças deste movimento.

Segundo depoentes, este caráter político/eleitoreiro foi acintoso em todas as localidades. Na comunidade do Treze os organizadores das Associações, inclusive o próprio representante do MAC, penetrava na comunidade para fazer campanha política, com propagandas do Governo.

Após as eleições de 1982 e 1984, as Associações ficaram totalmente vinculadas aos governos municipais. Os primeiros financiamentos foram feitos pela PRONESE via Prefeitura, para a eletrificação dos povoados¹², só depois de 1986 a PRONESE passa a financiar casa de farinha. A eletrificação foi usada pelos prefeitos como propaganda política dos seus candidatos.

A partir de 1986 houve uma proliferação de Associações, segundo as nossas pesquisas, este fato pode ser explicado devido aos resquícios do "velho coronelismo" político; e da transformação da Cooperativa em "autogestão".

Com o aumento cada vez maior da população, o governo e os partidos políticos foram perdendo a facilidade do controle do povo. Quanto maior número de pessoas, mais difícil se tornou o controle do voto. Os velhos políticos passaram a temer a presença de novos atores que entravam em cena. O Sindicato com o fortalecimento da CUT passou a representar ameaças de desatrelar-se dos interesses governamentais e a entrada de membros dos partidos de oposição (PT), e sobretudo com a presença de pessoas da Igreja relacionadas a CPT, o governo e seus partidos políticos passaram então a intervir através das Associações, Estes atores políticos tornavam-se mais ameaçadores a medida que intensificam os conflitos de terra no Estado.

Por outro lado, no momento em que o governo (Estado) afastou-se da Cooperativa, deixando-a responsável para assumir sua própria gestão, ela começou a falir. A perda contínua dos seus bens, como também da queda dos preços da venda da laranja no mercado, foram afastando os seus sócios, que descrentes, passaram a buscar às Associações, como forma de complementação de suas sobrevivências, principalmente com as criações das casas de farinha.

Os governos estaduais de (1983/ 1987 - 1991/ 1995)¹³ tiveram um grande peso político-estratégico na proliferação das Associações. Através do FNE - Fundo institucional que financiava o custeio agrícola, e fazendo parte do FNE, o PROGER - Programa de Geração de Empregos e Renda. (micro-emprego), através dos Projetos Chapéu de Couro e Campo Verde, o Banco do Nordeste possibilitou o financiamento

Segundo unanimidade dos depoentes (Participantes das Associações do Treze e de Salgado) a situação das Associações no Município de Lagarto é diferente do Município de Salgado. Em Lagarto a intervenção do governo municipal é maior. No período de eleições as pressões políticas são intensas. Como a entrega da verba do projeto é feita via governo municipal, mesmo sendo liberada pelo setor competente (PRONESE), o seu repasse dependerá da vinculação do voto.

A maioria dos Presidentes das Associações está atrelada aos Prefeitos, ou por medo, ou por oportunismo. Na pesquisa realizada, pode-se verificar que, na maioria destas, as Associações são dependentes do grupo político que está no poder, seus presidentes recebem dinheiro dos políticos, muitos presidentes funcionam como cabo eleitoral, ou então se tornam presidentes para se candidatarem

¹¹ Como exemplo desta proposta, no ano de 1981, foram realizadas reuniões na Rua Manuel Espírito Santo, no Bairro Grajeru/Aracaju, com líderes da comunidade local, sob a coordenação das Professoras Alexandrina Luz, Leila Lima e o Eng. Agrônomo Rosalvo Alexandre. As reuniões eram organizadas como forma de arregimentação das mulheres do Bairro, através de discussões sobre a condição da mulher na família e na comunidade. Estas propostas surgiram como resultado das discussões desenvolvidas no "Centro da Mulher Sergipana", inicialmente constituído pelas professoras acima citadas, além das professoras Lilian Wanderley e Laura Marques.

¹² A eletrificação dos povoados muito mais do que um beneficiamento para a produção agrícola, via a Associação, representou forma de garantir os votos dos representantes da ARENA. A inauguração ocorria com grandes pompas, com a presença de toda a comitiva dos governos estadual e municipal, sempre próxima as eleições.

¹³ Durante estes períodos foi governador do Estado João Alves Filho.

nas eleições. Constatamos a presença de uma associação, localizada no perímetro em estudo, a Associação da Comunidade do Povoado Luiz Freire, que agrega acima de 400 pessoas, mas conforme declarações de membros da comunidade, seu objetivo é o de apenas eleger os candidatos nas eleições municipais e estaduais, caso que não representa exceção.

De forma geral as Associações têm sido criadas com o objetivo de procurar solucionar os problemas das comunidades,¹⁴ como sejam: - para atender as necessidades de Infra estrutura, como: abastecimento de água, eletrificação rural, posto telefônico, cisterna, lavanderia, fossa; Produtivos - implementação de tração animal e tratores, casa de farinha artesanato; Sociais - _escola, creche, posto de saúde, centros comunitários.

Segundo depoimentos e registros observados nas visitas às Associações, as que foram até o momento "beneficiadas" têm apenas uma casa de farinha. Das oito Associações que compreendem a região do Treze, apenas Açuzinho tem um trator, as restantes possuem apenas casa de farinha. A Associação de Poção possui uma Serraria e uma Granja em iniciação, porém é importante ressaltar que a serraria está propriamente falida. Segundo seu Presidente e o Responsável pela serraria, isto se deve a falta de capital para colocá-la em andamento, opinião reforçada por seus associados, para estes, esta situação ocorre por falta de condições de competição.

A casa de farinha é uma forma de complementar a renda familiar, embora ela não esteja solucionando o problema, uma vez que parte do produto obtido é para a própria subsistência, e quando sobra, o valor de venda fica submetido ao controle do preço do atravessador. A comercialização da farinha, na feira de Lagarto, ou em feiras setoriais, é difícil, devido o baixo custo, quem tem possibilidade de locomoção tem mais facilidade, entretanto os que dependem do aluguel de transporte terminam não tendo nenhum "lucro".

"- Quem faz a farinha nada recebe. É que a gente vai se ajudando."

¹⁴O que pode ser explicado pelo próprio caráter das possibilidades de financiamentos, conforme depoimentos dos técnicos da PRONESE.

Devido as poucas horas que lhes restam de trabalho, pois têm que cuidar da terra, ou por terem pouca área destinada ao plantio da mandioca, uma vez que são pequenos proprietários, e a maioria tem entre 01 a 10 hectares nos quais plantam além da laranja (maior parte) outros produtos, o resultado da produção é insuficiente.

"- Como eu tenho que cuidar da terra, para fazer farinha eu fico toda noite acordado."

Os "beneficiamentos" tem sido registrados com o apoio financeiro do Projeto de Ação Social, que faz parte do Programa Federal de Governo - Comunidade Solidária (Ruth Cardoso), através da OCESE, via COOPERTREZE.

Conforme entrevistas, as Associações do Município de Lagarto não têm as mesmas formas de organização das do Município de Salgado, devido a forte influência política nas Associações Lagartenses, as Associações funcionam sem a formação dos Conselhos Comunitários. Na maior parte, as reuniões só ocorrem de dois à dois anos, no período de eleição. Muitas vezes só há reunião quando há necessidade de se fazer projetos. Em muitos casos, embora o mandato da presidência tenha a duração de dois anos, como não há reuniões, as eleições não são realizadas.

"- Às vezes são as próprias pessoas da PRONESE que vêm aqui e fazem a eleição, para poder fazer o financiamento do projeto comunitário. Elas arrumam tudo. "

No Município de Salgado a presença de posturas diferenciadas, sinalizam uma perspectiva positiva de mudanças a partir da consolidação destas ASSOCIAÇÕES.

O Município de Salgado é assistido principalmente pelo Projeto São José, através do Fundo Municipal de Apoio Comunitário - PILOTO (FUMAC-P). Os municípios selecionados para participar do FUMAC - P foram escolhidos segundo a PRONESE pela apresentação de desempenho no FUMAC; e no PAC do PAPP (reformulado), e pela disposição demonstrada pelos poderes públicos municipais em sua participação. Enquanto Salgado foi um dos primeiros selecionados, o Município de Lagarto entrou para o FUMAC - P, apenas no ano de 1997.

Só podem ser beneficiadas:

1. as comunidades e /ou aglomerados populacionais localizados em sedes municipais com população total de até 7.500 habitantes, e 2. Povoados e aglomerados rurais.

Os beneficiários deverão estar organizados em Associações para terem acesso aos fundos do Projeto. Uma Associação pode ser qualificada para receber o financiamento de mais de um subprojeto, entretanto o Conselho Municipal não poderá permitir a aprovação se: a) o primeiro estiver sendo executado. b) quando o desempenho do primeiro for considerado insatisfatório, até que se tenha feito a correção.

As Associações com o apoio de representantes elaboram seus projetos de acordo com os padrões estabelecidos pela PRONESE. Segundo os depoentes entrevistados da PRONESE, as Associações que foram formadas pelo MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - e pela ENDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe têm possibilidades de apresentar melhores projetos e apresentam objetivos mais cristalizados). Depois de elaborado, os projetos são apresentados ao Conselho Municipal que em reunião discute as prioridades e seleciona os que serão encaminhados à PRONESE para aprovação e liberação de recursos pelo Conselho.

O Conselho Municipal do FUMAC-P é formado:

- a) Pelo Prefeito Municipal ou seu representante
- b) um representante do Poder Legislativo Municipal
- c) representantes dos beneficiários potenciais do Programa no Município
- d) um representante da UT (PRONESE)
- e) um representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município
- f) um representante de Organizações Não-Governamentais
- g) representantes dos órgãos públicos que atuam no município em áreas correlatas com as ações de interesse dos beneficiários dos Programa
- h) um representante do Ministério Público
- i) representantes de organizações da sociedade civil local

Foi criado o FUNDEM (FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL com o objetivo de gerir recursos. O FUNDEM está subordinado ao Conselho Municipal, o financiamento do projeto é feito pela soma das seguintes contribuições: A contribuição da Comunidade (50% da prefeitura e 50% da comunidade) poderá ser feita através; de material, mão de obra ou em dinheiro. Esta contribuição se diferencia diferente, conforme os seguintes tipos de projetos: Projetos de infra-estrutura - mínimo de 15%; Projetos produtivos - mínimo de 20% e Projetos sociais - mínimo de 15%. O restante dos recursos fica dividido entre o Governo Estadual (25%) e o Banco Mundial (60%)¹⁵

Os projetos que vêm sendo aprovados têm as mesmas características dos apresentados pelas Associações de Lagarto. Assim como neste município, o beneficiamento que predomina é a casa de farinha. Segundo os presidentes entrevistados, as aprovações dos projetos dependem da agilidade do presidente em elaborar seu projeto e se o projeto atende as necessidades exigidas pela PRONESE. Entretanto 60% dos entrevistados mostrou-se descontente com o tempo de aprovação. Como demoram muitos anos para a aprovação de um projeto, enquanto não conseguem aprovação elas ficam sem beneficiamento, o que causa o afastamento das pessoas das comunidades às Associações.

Na opinião dos presidentes das Associações, o número de famílias que pertence a Associação depende do Projeto, - *"se a Comunidade/Associação não consegue financiamento as pessoas desaparecem.* O envolvimento da maior parte da população à Associação, é por interesse pessoal, a maioria que comparece não têm o objetivo da organização.

"- É como criança. Se der uma bala hoje, enche a Associação, se amanhã não der, não tem ninguém"
Já para os os membros das comunidades, o não comparecimento às reuniões tem sido motivado: por acharem *"a diretoria da Associação corrupta."*

Apenas 30% das Associações existentes tem sede própria. A Associação de Água Fria tem a maior sede e foi beneficiada com a melhor infra-estrutura. Segundo, seu atual presidente, nestes últimos anos a Associação tem decaído, devido a política eleitoreira dos seus presidentes anteriores. Em estudo comparativo do quadro de sócios da COOPERTREZE e o número das ASSOCIAÇÕES, observa-se que, enquanto houve um acentuado declínio do número de sócios na primeira, estas últimas multiplicaram-se a partir dos últimos dez anos.

"- A laranja não está sendo vendida, se não fosse a Associação nós ia morrer de fome."

"- Nós criamos a Associação porque a gente precisa de recursos do governo."

"- A Cooperativa não pode pegar empréstimo, mas a Associação, sim, então a gente cria a Associação."

Pelas falas dos depoentes podemos observar que a Associação é uma forma alternativa para responder aos seus problemas imediatos:

"- Uma coisa é a Cooperativa, outra coisa é a Associação. Mas a Cooperativa não está comprando nossa laranja. Nós esperamos que o projeto da nossa Associação seja aprovado."

Através das Associações eles esperam melhoria de vida, acreditam na possibilidade de conseguirem serem selecionados pelos subprogramas do Projeto São José - PRONESE/SE. Entretanto poucos tem a consciência dos limites da aprovação de seus projetos. Segundo as normas do Projeto, os critérios de seleção do público beneficiário devem priorizar "as comunidades rurais mais pobres selecionadas pelos Conselhos Municipais nos casos do FUMAC e FUMAC-P e pela UT no caso do PAC. No caso dos subprogramas FUMAC e FUMAC-P, os Conselhos Municipais, com a ajuda de assistência técnica, farão um levantamento inicial das comunidades em suas respectivas áreas de jurisdição, ordenando-as em ordem prioritária de atendimento, ganhando primeira prioridade as mais pobres e/ou com maior número de pobres.

Entretanto, questionando os presidentes das Associações sobre os critérios para a seleção dos Projetos, eles responderam: *"- fazer um bom projeto; " - ter projeto bem feito e saber ser rápido; e em quase uníssono responderam: " - ter votado no prefeito."* Nenhum dos Presidentes conhecia os critérios definidos no Programa, nenhum tinha o programa, com exceção do Assessor do Prefeito, a falta de informação é quase que total. Não havia nenhum trabalho de formação política, ou de preparação para o funcionamento de uma Associação, 90% dos Associados é analfabeta.¹⁶ Só dispõem de boa vontade e do desejo da verdade como mudança. Na impotência do fazer, há ainda a certeza que se deve fazer alguma coisa.

São estes mesmos sujeitos com suas "contradições" que ao mesmo tempo que procuram nas ASSOCIAÇÕES as formas de sobrevivências, afirmam:

" - Se as Associações acabassem, a Cooperativa ia crescer."

¹⁵em forma de empréstimo ao Governo do Estado.

¹⁶ A ONG: CDJBC - Centro D. José Brandão de Castro realizou, em 1999, no município de Salgado, um Curso de Políticas Públicas, com o objetivo de formação de lideranças.

"- Por causa do passado da Cooperativa ninguém mais quer se associar ."
Alguns têm a clareza da importância da Cooperativa como organização coletiva:

"- A Cooperativa é a única forma para a gente sair da crise, ela é forte, porque une muitos, enquanto a Associação divide."

"- Eu pensava que a COOPERTREZE não tinha mais solução, e passei a acreditar na organização da ASSOCIAÇÃO, hoje eu vejo, que a ASSOCIAÇÃO é apenas uma forma da família não passar fome. É preciso que a gente acredite no sistema cooperativista"

Na impotência do fazer há ainda a certeza que se deve fazer alguma coisa. O descompasso entre o vivido e o percebido é estabelecido pelo movimento do capital que agudiza as contradições. Onde o conflito da aceitação do homogêneo e do diferente é definido na cotidianidade de uma cultura da vizinhança (rural), onde o conceito de homem é ser honesto, dizer a verdade - condição de existência. O contestar é o esforço para descobrir e afirmar as diferenças, " Essas diferenças que não sucumbem à opressão da equivalência são, pois, 'resíduos': são os que não se deixou capturar, aprisionar em modelos; são o novo que emerge do movimento dialético de inclusão e exclusão de conteúdos momentaneamente portadores ou não da diferença."¹⁷

Como pode funcionar uma sociedade que põs entre parênteses a capacidade criadora, que se baseia ela mesma na atividade devoradora (consumo, destruição e autodestruição), para a qual a coerência se torna uma obsessão, e o rigor, uma ideologia, e na qual o ato consumidor reduzido a um esquema se repete indefinidamente?¹⁸

Em Busca de alternativas

No nosso espaço de pesquisa pudemos constatar que a monopolização da produção da laranja tem transformado os pequenos produtores em trabalhadores para o capital. Subordinando a produção familiar à indústria subordina-a ao movimento do mercado.

Ampliando a expropriação e inexoravelmente a pobreza, o novo modelo econômico privilegia os "produtos de qualidade" forçando os concorrentes à uma reestruturação nas formas de produção a fim de adaptar-se a nova demanda de mercado. Sem tecnologia e descapitalizados, a crise é uma evidência. A economia de mercado no seu caráter excludente, controla os preços dos produtos e a terra, reduzindo milhares de pessoas à condição subhumana de miseráveis do campo, deserdados da terra.

Embora o capital não seja o proprietário da terra, ele tem a sua posse, a medida que a unidade de produção familiar não tem mais o domínio sobre ela, passando a produzir em função dos interesses capitalistas, que subordinam a produção camponesa e subjagam a renda da terra ao capital. Embora tenha o título de propriedade, seja o dono dos meios de produção, ele não é o dono da sua Vontade¹⁹, do desejo da autonomia da terra. O pequeno produtor familiar se crê autônomo por não ser assalariado, mas é apenas sujeito sujeitado do movimento desigual e contraditório do capital.

Tornando-se dependente dos fluxos do mercado o pequeno produtor vê-se obrigado a buscar alternativas de sobrevivências, porém, ele não rompe com as relações capitalistas de produção, o que de fato ele faz, é manter-se vivo para o capital. Toda essas relações são assistidas, consensuadas e viabilizadas pelo Estado.

Os pequenos produtores do entorno da COOPERTREZE/SE subassumem estas condições sem encontrarem perspectivas imediatas de soluções, para uma situação cada vez mais agravante de empobrecimento.

"- já tem muita família comendo laranja com farinha."

As formas de produção e comercialização da citricultura, como também as próprias condições edáficas, sinalizam uma produção em falência. A substituição do fumo não acena possibilidades de mudanças, o seu plantio exige maiores recursos financeiros que a laranja. Subordinados cada vez mais ao capital, dependentes de uma economia de "monocultura" (laranja), com uma produção complementar de subsistência (feijão, milho, mandioca) que atende o mínimo das necessidades básicas familiar, a cada dia

¹⁷ Ana Cristina Arantes NASSER e Marlene FUMAGALLI. (1996) A Opressão da Equivalência , as Diferenças. In: Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética, Ed. Hucitec, São Paulo, p. 35

¹⁸ LEFEBVRE, Henri. (1991) A Vida Cotidiana No Mundo Moderno. Ed. Ática, São Paulo, p. 119.

¹⁹ Ver de Alexandrina Luz CONCEIÇÃO, (de Souza) - 1991, sua dissertação de Mestrado. A Questão Camponesa: O Olhar sob o Signo Dialético, NPGeo - SE, Aracaju.

eles percebem que a única alternativa é o assalariamento onde se acena para uma fragmentação da unidade de produção familiar na produção coletiva agrícola, embora contraditoriamente esta situação possa indicar a necessidade da manutenção desta própria unidade.

A exploração da mão de obra feminina que se expande de forma intensa no campo sergipano, através do trabalho de confecção de sapatos para a Fábrica Azaléia, tem significado a resistência à desterritorialização. A terra é a garantia, é certeza, é a vontade, o sonho de mudar, a negação da exploração da submissão. Em toda a sua vontade há uma recusa constante de ser empregado. O trabalho assalariado é a negação desta autonomia, logo, o amor à terra esta ligado a sua condição de vida nesta terra; enquanto há condição de apropriação, há resistência à sujeição do trabalho ao capital, mas como não sujeitar-se ao capital, se "quanto mais alto o nível mundial da produtividade, tanto mais intensidade de capital exige a produção e tanto mais alto e impagável para a maioria dos países pobres é o custo dos investimentos, que muitas vezes já se desvalorizam no momento em que deveriam induzir produções capazes de aparecer no mercado."²⁰

Em vez da crise da economia agrícola, frente ao avanço das relações de produção capitalistas, ter eliminado o sistema Cooperativista, na realidade ele vem se reconstituindo uma maior necessidade e possibilidade de estratégia de sobrevivência, em um novo ciclo de permanência. A sua fusão tem sido no Sul e Sudeste brasileiro uma das alternativas de viabilização para a competição de mercado, a aglutinação (através de fusões e incorporações) tem sido uma estratégia utilizada por empresas cooperativas a fim de elevar ganhos e competir no mercado.

Nos diversos encontros de vários países latino-americanos, tem sido constante a defesa da permanência da Cooperativa (sistema cooperativista), como única forma, de competitividade ou mesmo sobrevivência, frente a economia mundo, para garantia de produção e comercialização agrícola.

"Para los países latinoamericanos altamente endeudados que no pretenden despedirse de los mercados internacionales, el fomento y la diversificación de la exportación tienen prioridad intentando de mejorar su ingreso de divisas ... La situación actual constituye un desafío especial para las cooperativas, ofreciéndoles la oportunidad de demostrar su importancia para un desarrollo integral y menos desequilibrado, apoyando y organizando la autogestión de la población."²¹

Mesmo entendendo que não existem condições de competir no mercado com os grandes capitalistas, na lógica das ações do MST (Brasil), a cooperação agrícola representa para o movimento, um fator de desenvolvimento econômico e social da comunidade, para enfrentar e diminuir os níveis de exploração capitalista, o desenvolvimento da cooperação agrícola depende das condições objetivas e subjetivas existentes na comunidade.

Contudo, o quadro em que se reveste a situação da COOPERTREZE/SE nos faz refletir o que afirma SMITH: "A diferenciação do espaço geográfico assume muitas formas, mas fundamentalmente expressa a diferenciação social que é a verdadeira definição do capital: a relação entre capital e trabalho. A medida em que o desenvolvimento desigual se torna crescente necessidade para evitar crises, a diferenciação geográfica se torna cada vez menos um subproduto e mais uma necessidade central para o capital. A história do capitalismo não é simplesmente cíclica, mas é profundamente progressiva e também se expressa na paisagem."²²

Diante da crise que se expande, as ASSOCIAÇÕES constituem-se alternativas ao COOPERATIVISMO? A formação e proliferação das ASSOCIAÇÕES tem como significado a substituição da COOPERTREZE/SE ?

Reafirmamos nosso ponto de vista sobre a importância do Cooperativismo como forma de resistência ao grande capital. Entretanto não vemos condições objetivas e subjetivas para o resgate da COOPERTREZE como forma de desenvolvimento. O modelo Cooperativista do Treze sempre foi voltado para a comercialização e na prestação de serviços, não se priorizou a produção, haja vista, como já foi observado, que o modelo Cooperativista adotado constituiu-se como a própria estratégia da penetração capitalista, em função de uma modernização recuperadora que na realidade significou uma vinculação de dependência ao setor industrial, e conseqüentemente a incapacidade de acompanhar o nível de produtividade, de competitividade do mercado internacional.

A caoticidade da estrutura administrativa da COOPERTREZE não sinaliza possibilidades de mudanças que possam alterar o quadro de dependência e de empobrecimento dos pequenos produtores, a

²⁰ KURZ, Robert. (1993) O Colapso da Modernização. São Paulo: Ed. Paz e Terra, p.172.

²¹ BENECKE, Dieter W. e ESCHENBURG Rolf. (1987) Las Cooperativas En América Latina I e II, in Perspectiva Económica. v. 22, n. 57 - 58, 111.

²² SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 1988, p. 217

tendência é ser corroída de dentro para fora. Os empréstimos obtidos não irão alterar o quadro de desolamento. É preciso que se estabeleça uma construção coletiva.

Reverter o modelo da COOPERTREZE é praticamente impossível, por isso acreditamos que o caminho deverá ser a construção de um trabalho coletivo e persistir na necessidade do Cooperativismo agrícola que visa a produção e como resultante a comercialização. Esta construção poderá se dar a partir das ASSOCIAÇÕES, uma vez que elas despontam sinalizando possibilidades de um trabalho coletivo econômico, político e social. Contudo é preciso ter como parâmetro que, as Associações entre outras propostas, devem:

1. surgir das necessidades dos agricultores.
 2. ter claro os objetivos a serem alcançados, estudar a sua viabilidade.
 3. haver total participação dos sócios, sem imposições. É importante ter confiança mútua.
 4. evitar o paternalismo, fazendo que todos assumam as tarefas.
 5. discutir todos os problemas, discutindo os erros e acertos.
 6. desenvolver a consciência da cooperação e o combate ao individualismo.
 7. desenvolver atividades que permitam estimular a organização e priorização da educação e saúde.
 8. estimular a participação política social, desenvolvendo a consciência sindical e política.
- A partir do trabalho de construção das ASSOCIAÇÕES que assumam posições econômicas, políticas e sociais, ou mesmo de Grupos Coletivos deve-se ir construindo a COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.

Trabalhando individualmente o pequeno produtor não terá condições de enfrentar o mercado "globalizado", a sua tendência como já frisamos é a sua expropriação da terra. Através da Cooperação Agrícola, entre outras vantagens ela permite, entre outras possibilidades:²³

1. o aumento da produtividade do trabalho
2. o aumento da produção diversificada agrícola, que produzidos individualmente não alcançariam escala de produção econômica.
3. comprar e vender a preços melhores, pois as compras são em volumes.
4. conseguir condições de crédito e prazos melhores.
5. aumentar o poder de barganha frente ao comércio, indústria e bancos.
6. o uso de maquinárias, maior diversificação de atividades.

É importante salientar que a opção por este modelo de ASSOCIAÇÃO se contrapõe ao modelo institucional organizado pelo Estado via PRONESE. É preciso que o próprio grupo assuma a construção do seu futuro e deixe de esperar "paliativos." que antes de corrigir uma situação criam um comportamento de passividade, submissão e vergonha.

Sabemos que esta posição é difícil e requer uma forte tomada de decisão. Entretanto nos apoiamos nas possibilidades dos "resíduos" que permanecem nas comunidades rurais.

"- É preciso resgatar o 'sistema cooperativista'."

Somos contudo cientes que nenhum fato se dá de forma isolada, mas está inserido na totalidade das relações historicamente determinadas, por isso afirmamos:

"Cada passo de desenvolvimento e aumento da produtividade nos países atrasados é negativamente compensado em escala crescente, por dois, três ou mais passos nas regiões mais avançadas. É a corrida entre a lebre e a tartaruga, que somente pode terminar com a morte da lebre."²⁴

²³ Tanto as propostas da formação das ASSOCIAÇÕES, como as possibilidades para a construção da Cooperação agrícola foram fundamentadas nos Princípios do desenvolvimento da cooperação agrícola exposto por GORGEN, Frei Sérgio Antonio e STÉDILLE, João Pedro (artigo citado).

²⁴ KURZ (1993) id, ibid.